

ANÁLISE COMPARATIVA DA GERAÇÃO DE RIQUEZA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTATAIS E PRIVADAS ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE WEALTH GENERATION OF STATE AND PRIVATE FINANCIAL INSTITUTIONS THROUGH THE VALUE ADDED STATEMENT

Evaldo Rezende Duarte¹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo comparar a formação de riqueza das instituições financeiras estatais e privadas por meio da demonstração do valor adicionado (DVA). A DVA é considerada um importante instrumento informativo que apresenta sobre a geração de riqueza da entidade e como essa riqueza está sendo distribuída entre os agentes econômicos envolvidos. No presente estudo realizou-se pesquisa documental e análise através da abordagem quantitativa. Sobre a amostra, foram analisadas 19 instituições financeiras divididas em dois grupos: estatais e privadas. A análise está limitada ao período de 2009 a 2017. Os dados foram extraídos dos relatórios contábeis das instituições junto ao site da Bovespa. A partir dos dados coletados, realizou-se a análise da criação de riqueza utilizando o indicador do Grau de Produção de Riqueza Própria, de modo complementar utilizou-se os indicadores de Grau de Valor Adicionado Bruto em Relação à Receita e Grau de Retenção do Valor Adicionado. As evidências encontradas não suportam afirmação que as entidades financeiras privadas sejam mais eficientes que as estatais. Conforme análise foi reportada diferença estatisticamente significativa entre os grupos apenas para GVABR, sendo o desempenho das estatais superior em relação às entidades privadas.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Gestão Pública. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

This research aims to compare the wealth formation of state and private financial institutions through the statement of added value (DVA). The DVA is considered an important informative instrument that presents the entity's wealth generation and how this wealth is being distributed among the economic agents involved. In the present study, documental research and analysis were carried out using a quantitative approach. About the sample, 19 financial institutions were analyzed, divided into two groups: state and private. The analysis is

¹ Bacharel em Ciências Contábeis; especialista em Gestão Pública; Gestão Empresarial e Mestre em Ciências Contábeis. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE. Brasil. E-mail: rezende_9@hotmail.com

limited to the period 2009 to 2017. The data were extracted from the institutions' accounting reports on the Bovespa website. From the collected data, an analysis of wealth creation was carried out using the indicator of the Degree of Production of Own Wealth, in a complementary way, the indicators of Degree of Gross Value Added in relation to Revenue and Degree of Retention of Value were used. The evidence found does not support the assertion that private financial entities are more efficient than state-owned ones. According to the analysis, a statistically significant difference was reported between the groups only for GVABR, with the performance of state-owned companies being superior in relation to private entities.

Keywords: Added Value Statement (DVA). Public administration. Financial Institution.

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é um instrumento fundamental para destacar aspectos econômicos, onde, sua finalidade é evidenciar o valor da riqueza criada pela entidade e como essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos envolvidos. No presente estudo efetuou-se a análise da criação de riqueza utilizando o indicador de Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP) que serve para mensurar o quanto do valor adicionado total a distribuir é gerado pela própria entidade. E de modo complementar utilizaram-se os indicadores de Grau de Valor Adicionado Bruto em Relação à Receita (GVABR) e Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA).

Muito se discute acerca de propostas para “enxugar a máquina pública” com a privatização de estatais sob o argumento de ineficiência administrativa. O uso da DVA como instrumento de análise vem crescendo gradativamente, tornando-se uma ferramenta fundamental para a gestão, pois ela é capaz de influenciar de maneira significativa na tomada de decisão de seus usuários. Tendo em vista que existem poucas evidências nessa linha de pesquisa, importa salientar a relevância de estudos que possam expor eventuais divergências de desempenho entre grupos de instituições financeiras, e conseqüentemente, descobrir se existe distinção no nível de eficiência das instituições financeiras públicas em relação às privadas. Considerando-se que a administração pública, de modo geral, é sempre muito questionada pela sociedade acerca de sua eficiência.

Dessa forma, emerge a problemática que norteia a pesquisa: Existe diferença na geração de riqueza econômica entre instituições financeiras públicas e privadas?

A presente pesquisa tem como foco principal a realização de uma análise da geração de riqueza das instituições financeiras (públicas e privadas) através da Demonstração do valor adicionado, entre os períodos de 2009 a 2017.

O estudo utiliza-se de teste estatístico comparando o desempenho entre os dois grupos, o resultado possibilita a avaliação sobre performance das estatais em especial instituições financeiras. Apresenta evidências sobre a eficiência das estatais que contribuem na discussão sobre privatização ou não dessas entidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A elaboração e apresentação da Demonstração do valor adicionado (DVA) é definida através do Pronunciamento Técnico CPC 09, que foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12-11-2008, e sua publicação passou a ser obrigatória a todas as sociedades abertas, após a promulgação da lei 11.638/07. Onde o mesmo conceitua a DVA como sendo um dos componentes do Balanço Social, que tem como propósito destacar a riqueza gerada pela instituição e como é realizada sua divisão, no decorrer de um período.

Do ponto de vista de Iudícibus e Marion (2016), a demonstração do valor adicionado é o principal item do Balanço Social. Onde os mesmos afirmam que o Balanço Social tem como objetivo fornecer, a sociedade de uma maneira geral, informações referentes ao desempenho econômico e social da entidade.

A demonstração do valor adicionado (DVA), segundo Silva (2017), começou a ser exigida para as empresas anônimas de capital aberto desde o exercício de 2008, embora algumas sociedades já divulgassem. Para o autor a DVA deve declarar o montante da riqueza gerada pela Instituição, a sua repartição entre os envolvidos que colaboraram para criação dessa riqueza, bem como a parte da mesma não distribuída.

De acordo com Coronado (2012), a finalidade da DVA é apresentar a riqueza que a empresa gerou, levando em consideração o regime de competência, e também como é feita a distribuição desta riqueza em um determinado período. Já Marion (2012), corrobora afirmando que a demonstração do valor adicionado busca demonstrar o montante da riqueza adicionada a um produto por uma instituição e de que maneira esse montante adicionado foi dividido entre os elementos de produção.

Outro objetivo da DVA segundo Ribeiro *et. al.* (2017) é evidenciar a origem da fortuna criada pela empresa, e como essa fortuna foi dividida entre os vários setores que colaboraram, de forma direta ou indiretamente, para a sua formação. Para os mesmos a DVA é uma demonstração financeira (contábil) com dados de natureza social, distinto, da natureza das demais demonstrações financeiras (contábeis) obrigatórias pela Lei da Sociedade por Ações.

No que se refere a DVA, Padoneze *et. al.* (2012) afirmam que o valor adicionado demonstra a riqueza gerada e fabricada pela entidade, de modo geral mensurada pela diferença entre a quantia das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Onde é adicionado também o valor recebido em transferência, que são aqueles valores gerados por terceiros e posteriormente transferidos à instituição. E segundo eles, o principal objetivo desta demonstração é tornar evidente a parcela de colaboração que a entidade tem na constituição do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Rios e Marion (2017), a demonstração do valor adicionado possui os seguintes objetivos fundamentais:

- Informar a quantia da riqueza gerada e o montante e a natureza dos custos agregados pela entidade dos insumos adquiridos;
- Informar para quem foi distribuída essa riqueza gerada – empregados, investidores, governo, entre outros.

Nesse sentido, é possível afirmar que a demonstração do valor adicionado consiste em um demonstrativo contábil, que busca evidenciar a riqueza gerada pela instituição e destacar como é feita a distribuição desta riqueza entre os agentes econômicos envolvidos.

Portanto, a DVA é considerada um importante instrumento informativo, que busca apresentar seu conteúdo de forma clara e concisa, para que os *stakeholders* possam entender seu resultado, independente de possuírem conhecimento contábil ou não.

2.1.2 Elaboração e Apresentação da DVA

A elaboração e apresentação da demonstração do valor adicionado deve estar em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (2008), que trata especificamente deste assunto. Abaixo o modelo aplicável as atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias).

Quadro 1 - Modelo II - DVA - Instituições Financeiras Bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20x1	Em milhares de reais 20x0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: Adaptado de CPC 09. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf.

A demonstração do valor adicionado possui dois componentes primordiais, o primeiro refere-se à geração da riqueza onde são avaliados os eventos financeiros que geraram o resultado da entidade e o segundo trata da retenção ou distribuição da riqueza entre os agentes econômicos.

2.1.3 Geração da Riqueza

O modelo de demonstração do valor adicionado aplicável as Instituições Financeiras diferem do utilizado nas empresas em geral, no que tange ao valor adicionado quando se trata de vendas de bens e serviços, no qual Santos (2007) menciona que, nas instituições financeiras esse termo deve ser substituído por intermediação financeira já que as instituições financeiras comercializam serviços.

Quadro 2 - Demonstrativo das Receitas

ITENS	DESCRIÇÃO
Receitas de intermediação financeira	Inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.
Receita de prestação de serviços	Inclui as receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão	Inclui os valores relativos à constituição e baixa da provisão.
Outras receitas	Inclui parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, etc.
Despesas de intermediação financeira	Inclui os gastos com operações de captação, empréstimos, repasses, arrendamento mercantil e outros.

Fonte: Adaptado de CPC 09.

Ao avaliar o modelo apresentado pelo CPC 09, é possível observar diferença existente entre a DVA das instituições financeiras em relação a DVA das instituições em geral já que as fontes de receitas nas instituições financeiras são denominadas como intermediação financeira, em contrapartida, nas empresas em geral são nomeadas como vendas de mercadorias, produtos e serviços.

Além disso, no modelo utilizado pelas instituições financeiras, nota-se que foi adicionado item intitulado como despesas de intermediação financeira. Também foi identificada diferença no item remuneração de capital de terceiros, em que não é apresentado a subconta juros, pois nas instituições financeiras essa subconta compõe o item despesas de intermediação financeira.

Quadro 3 - Demonstrativo dos Insumos Adquiridos de Terceiros

ITENS	DESCRIÇÃO
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.

Perda e recuperação de valores ativos	Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).
Depreciação, amortização e exaustão	Inclui a despesa ou o custo contabilizados no período.

Fonte: Adaptado de CPC 09.

No quadro acima é possível visualizar o detalhamento dos insumos adquiridos de terceiros e sua parte intermediária denominada depreciação, amortização e exaustão conforme as indicações observadas no CPC 09:

A seguir é discriminado sobre o valor adicionado recebido em transferência, considerando-se o disposto no pronunciamento técnico CPC 09:

Quadro 4 - Demonstrativo do Valor Adicionado Recebido em Transferência

ITENS	DESCRIÇÃO
Resultado de equivalência patrimonial	O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
Receitas financeiras	Inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.
Outras receitas	Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

Fonte: Adaptado de CPC 09.

O CPC por meio do pronunciamento técnico CPC 09 que trata da demonstração do valor adicionado, impõe que a riqueza gerada pela empresa deve ser distribuída aos agentes econômicos especificadamente da seguinte maneira:

- **Pessoal** – é composto pela Remuneração direta, Benefícios e FGTS.
- **Impostos, taxas e contribuições** – também conhecida como Governo, podem ser divididas em Federais (IRPJ, CSLL, IPI, CIDE, PIS, COFINS e contribuição sindical patronal), Estaduais (ICMS e IPVA) e Municipais (ISS e IPTU).
- **Remuneração de capitais de terceiros** – segundo GELBCKE *et. al.* (2018), esse componente da distribuição da riqueza, corresponde aos valores pagos ou autorizados aos financiadores externos de capital e deve ser evidenciada através dos seguintes elementos: Juros, Aluguéis e outras.
- **Remuneração de capitais próprios** – compreende à remuneração destinada aos acionistas e sócios.

2.2 ÍNDICES CALCULADOS A PARTIR DO VALOR ADICIONADO

O valor adicionado, de acordo com Ribeiro (2018), “corresponde a diferença entre o valor da receita de vendas e os custos dos recursos adquiridos de terceiros”. Existem diversas indicações de cálculo do valor adicionado, nesse estudo utiliza-se o modelo de Consenza (2003), exposta na equação a seguir:

$$VA = V - C - S - F - A - I = L + D + R$$

Onde:

VA = Demonstração do Valor Adicionado;

V = Receitas das vendas;

C = Custo dos produtos e mercadorias vendidos;

S = Custos e despesas com pessoal;

F = Despesas financeiras;

A = Amortizações, depreciações, exaustões e provisões;

I = Imposto sobre o lucro e outros tributos;

L = Lucro do exercício antes das distribuições;

D = Dividendos e juros sobre o capital próprio;

R = Reservas e lucros retidos pela empresa.

De acordo com Iudícibus e Marion (2016), o valor adicionado serve como principal indicador para o cálculo dos índices apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Índices Calculados Através do Valor Adicionado

ÍNDICE	FORMA DE CÁLCULO	DESCRIÇÃO
Potencial do Ativo em Gerar Riqueza (PAGR)	$PAGR = \text{Valor Adicionado} / \text{Ativo}$	Esse índice tem como objetivo medir quanto cada real investido no Ativo gera de valor adicionado, ou seja, riqueza, a ser distribuída pelas esferas que se relacionam com a entidade.
Retenção de Receita (RR)	$RR = \text{Valor Agregado} / \text{Receita Total}$	O índice exposto apresenta quanto fica incorporado na entidade, agregando valor ou vantagem aos funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido.
Valor Adicionado <i>per capita</i> (VAPC)	$VAPC = \text{Valor Adicionado} / \text{N}^\circ \text{ de Funcionários (Média)}$	Esse percentual analisa a quantidade que cada funcionário colabora para a geração de riqueza da empresa, tornando assim um indicador de produtividade.
Participação dos empregados no Valor Adicionado (PEVA)	$PEVA = \text{Empregados} / \text{Valor Adicionado}$	Esse percentual tem como finalidade apresentar quanto foi a colaboração dos empregados no Valor Adicionado.
Participação dos bancos no Valor Adicionado (PBVA)	$PBVA = \text{Juros} / \text{Valor Adicionado}$	O índice acima tem como intuito demonstrar a atuação dos bancos no Valor Adicionado.
Participação dos Acionistas no Valor Adicionado (PAVA)	$PAVA = \text{Dividendos} / \text{Valor Adicionado}$	Esse percentual revela o quanto os acionistas participaram na empresa em relação ao Valor Adicionado.
Participação do Governo no Valor Adicionado (PGVA)	$PGVA = \text{Impostos} / \text{Valor Adicionado}$	Quando se divide o valor dos impostos pelo montante do valor adicionado, pode-se observar a colaboração do governo no valor adicionado.
Participação da empresa reinvestindo seu próprio lucro (PERPL)	$PERPL = \text{Lucro Reinvestido} / \text{Valor Adicionado}$	Esse índice apresenta a contribuição da entidade reinvestindo seu próprio lucro.

Fonte: Adaptado de Iudícibus e Marion (2016).

3 METODOLOGIA

No que tange a abrangência da amostra, foram analisadas 19 instituições financeiras divididas em dois grupos, sendo eles públicas e privadas, onde o grupo das instituições públicas é composto por dez entidades, já o grupo das instituições privadas é composto por nove entidades, ilustrada no quadro 9. Esta análise foi realizada no período de nove anos, entre os períodos de 2009 a 2017, onde a extração de dados teve como base Relatórios Contábeis das instituições, assim como a realização de consultas de dados da demonstração do valor adicionado junto ao site da BM&FBovespa.

Quadro 2 - Amostra Geral

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS
BANCO DA AMAZÔNIA
BANESE – BANCO DO ESTADO DO SERGIPE
BANESTES – BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
BANPARA – BANCO DO ESTADO DO PARÁ
BANRISUL – BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BB – BANCO DO BRASIL
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNB – BANCO DO NORDESTE
BRB – BANCO DE BRASÍLIA
CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS
BANCO ALFA
BANCO BRADESCO
BANCO DAYCOVAL
BANCO INDUSVAL
BANCO ITAU
BANCO MERCANTIL DO BRASIL
BANCO PAN
BANCO PARANA
BANCO PINE

Fonte: A pesquisa.

A natureza da pesquisa caracteriza-se como básica que segundo Matias-Pereira (2019) “tem como propósito gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

No que se refere a abordagem da pesquisa, a mesma foi classificada como sendo uma pesquisa quantitativa utilizando-se de índices para comparar o desempenho dos dois grupos.

Quanto a tipologia dos objetivos do presente estudo, este pode ser considerado como uma pesquisa descritiva, pois sob o ponto de vista ótico de Gil (2008) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Diante as particularidades dos procedimentos técnicos, no decorrer da construção do estudo fez-se a utilização de pesquisa bibliográfica realizando consulta a diversas obras sobre o tema e recorrendo a fonte de dados documental.

Neste caso, a pesquisa bibliográfica é caracterizada como o embasamento teórico apresentado no desenvolvimento deste estudo, a fonte de dados documental é tipificada por meio dos relatórios contábeis, extraídos do site da BM&FBovespa e sites das próprias instituições, que foram utilizados para análise dos dados.

Para realização da análise dos dados que foram extraídos da DVA das instituições financeiras (públicas e privadas) e para alcance dos objetivos do estudo, foram usados quatro indicadores elaborados com base no modelo apresentado por Dalmácio, Rangel e Nossa (2003). Nesse sentido, no quadro a seguir são expostos os indicadores utilizados para mensurar a geração de riqueza, as equações e descrições de cada indicador.

Quadro 3 - Índices para Análise da DVA

INDICADOR	FÓRMULA	DESCRIÇÃO
Grau de Produção de Riqueza Própria	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Indicador para mensurar o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é produzido pela própria empresa.
Grau de Valor Adicionado Bruto em Relação a Receita	$GVABR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Indicador para mensurar o quanto da Receita Total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto.
Grau de Retenção do Valor Adicionado	$GRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Indicador utilizado para medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi retido pela empresa.

Fonte: Adaptado de Dalmácio, Rangel e Nossa (2003).

Onde: GPRP -Grau de Produção de Riqueza Própria; Grau de Valor Adicionado Bruto em Relação à Receita (GVABR); Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA); Lucros Retidos (LR); Valor Adicionado Bruto (VAB); Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (VALPE); Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD); Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART).

Foram calculados os índices apresentados anteriormente em cada instituição financeira da amostra, nos anos de 2009 a 2017. Foram criados dois grupos, o primeiro de instituições privadas e o segundo constituído das instituições públicas, posteriormente, analisados através do *Test Man Whitney* para duas amostras independentes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é apresentada a análise de dados comparando o grupo de instituições públicas em relação as entidades privadas sob a ótica do valor adicionado, avaliando as características dos grupos em relação aos indicadores de grau de valor adicionado bruto em relação à receita (GVABR); grau de produção de riqueza própria (GPRP) e grau de retenção do valor adicionado (GRVA).

Tabela 1- Diferença estatística entre os índices do valor adicionado das estatais e privadas.

Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita /GVABR									
<i>Whitney Test for Two Independent Samples</i>									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>
Públicas	47,39	45,37	39,14	42,76	38,35	32,6	28,73	34,74	38,75

Privadas	39,46	41,58	35,22	35,69	32,52	24,23	19	14,95	28,72
<i>p-exact</i>	0,4966	0,1823	0,4966	0,1127	0,0947*	0,0279**	0,0534*	0,0434**	0,0652*
Grau de Produção de Riqueza Própria /GPRP									
<i>Whitney Test for Two Independent Samples</i>									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>
Públicas	100	99,96	100	99,98	100	100	100	100	100
Privadas	99,81	100	100	99,93	100	99,97	100	100	100
<i>p-exact</i>	0,4469	0,7196	0,5489	0,7801	0,2775	0,7196	0,8421	0,6607	0,7196
Grau de Retenção do Valor Adicionado/GRVA									
<i>Whitney Test for Two Independent Samples</i>									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>	<i>median</i>
Públicas	16,72	18,67	19,67	16,91	15,02	15,63	14,48	11,46	15,83
Privadas	28,43	30,45	23,82	23,08	24,36	18,31	30,49	16,7	23,26
<i>p-exact</i>	0,2775	0,0279**	0,4469	0,2428	0,3153	0,9682	0,3153	0,8421	0,1823

Legenda: * Nível de significância a 10%, ** Nível de Significância a 5%.

Na análise sobre grau de valor adicionado bruto em relação à receita (GVABR) percebe-se comportamento distinto em dois momentos para os grupos pesquisados. No período de 2009 à 2012, os resultados apresentados pelas entidades públicas são ligeiramente melhores que os resultados apurados para as empresas privadas, porém o resultado apresentado não representa significância estatística que reforce essa diferença.

A partir de 2013 até 2017 o resultado aponta robusta evidência de diferença entre os dois grupos pesquisados, onde as empresas estatais apresentam maior nível de geração do valor adicionado em relação à receita. Esse resultado sugere que as empresas estatais são mais eficientes na geração de riqueza em relação às empresas privadas, deste modo, a teoria de ineficiência e deficiência na gestão pública não se sustentaria.

Conforme análise referente ao grau de produção de riqueza própria (GPRP) não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos pesquisados, ou seja, através dessas evidências as empresas estatais e privadas apresentam mesmo grau de eficiência sob a ótica de produção de riqueza. O mesmo ocorre em relação ao grau de retenção de do valor adicionado (GRVA), com ressalva ao ano de 2010, onde os resultados apontam diferença significativa estatisticamente, onde as empresas privadas apresentam melhor resultado que as entidades públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho avaliou a formação de riqueza das instituições financeiras públicas e privadas por meio da demonstração do valor adicionado, a fim de investigar se há diferença na geração de riqueza econômica entre os dois grupos analisados, nos períodos de 2009 a 2017. Para tanto, foi realizada análise no grupo de 10 instituições públicas e de 9 instituições privadas, através dos indicadores que medem o grau de produção de riqueza própria, grau de riqueza recebida em transferência, grau de valor adicionado bruto em relação à receita e grau de retenção do valor adicionado.

A motivação para comparação de dois grupos de instituições financeiras (públicas e privadas) se dá pelo fato de que a administração pública, de modo geral, ser muito questionada pela sociedade acerca de sua eficiência.

Conforme os resultados conclui-se que de maneira geral as instituições financeiras públicas e privadas apresentam características financeiras semelhantes no que se refere a valor adicionado. O grau de geração de riqueza própria é similar durante o período pesquisado não apresentando diferença significativa estatisticamente. Apesar de apresentar ligeira superioridade em relação às instituições públicas os resultados alcançados pelas instituições privadas, para o grau de retenção do valor adicionado não apresenta diferença estatisticamente significativa.

Cumpramos destacar os achados referente à grau do valor adicionado bruto em relação à receita onde as instituições estatais apresentam melhor resultado comparada às instituições privadas, a diferença é estatisticamente significativa no período de 2013 à 2017 indicando maior eficiência das estatais. A diferença coincide com o período pós adoção das *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)* fato que merece futura análise.

Em uma visão ampla de cenário, em que as entidades públicas são sempre questionadas acerca de sua eficiência, discute-se privatização e “enxugamento da máquina pública” percebe-se através da análise realizada em especial junto às instituições financeiras que não se pode afirmar que haja melhor performance das instituições privadas em relação as estatais. Ao contrário, através do resultado estatisticamente significativo o desempenho no índice de GVABR é melhor nas estatais.

Por fim, cabe ressaltar a limitação do estudo na análise para esse grupo de instituições no período avaliado, portanto recomenda-se para pesquisas futuras a realização de análise em diferentes atividades e períodos.

Importa salientar a necessidade de avanço em pesquisas relacionadas à eficiência da gestão na administração pública direta e indireta, a fim de subsidiar através das evidências a discussão sobre o aperfeiçoamento da gestão pública.

REFERÊNCIAS

ARIENTE, Patrícia F. F. Restruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 28, n 2, p. 577 – 600, out. 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018066/cfi/6/26!/4@0:0>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BM&FBOVESPA – Ações. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. BANCO CENTRAL DO BRASIL, **BCB [BR]**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. BANCO CENTRAL DO BRASIL, **BCB [BR]**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento. Acesso em: 15 maio 2019.

BRITO, Osias. **Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial**. – 2ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis – **CPC-09 - Demonstração do Valor Adicionado** (2008). Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf. Acesso em: 08 fev. 2019.

CONSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7 - 29, out. 2003.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade Gerencial Básica**. 2ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502178991/cfi/0>. Acesso em: 18 jan. 2019.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RANGEL, Luciene Laurett; e NOSSA, Silvania Neris. A Demonstração do Valor Adicionado Sob Uma Nova Perspectiva. **VII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo**, Espírito Santo, 30 de out - 01 de nov de 2003.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; e MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais do CPC**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; e MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478002/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARTINS, José Geraldo. **Análise econômica financeira de instituições financeiras: um estudo comparativo aplicado aos bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional**. São Paulo, 2007.

MATIAS-PEREIRA, Jose. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.107>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NASCIMENTO, Carla M. Dalla Vecchia do; BERNARDIM, Marcio Luis. Avaliação de Desempenho nos Bancos Públicos. 6. ed. Ano: 2008 **Revista Eletrônica Lato Sensu – UNICENTRO** ISSN: 1980-6116.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS – US Gaap – BR Gaap Teoria e Prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Contabilidade para Concursos e Exame de Suficiência: dos Conceitos Básicos aos Principais temas dos editais de concursos**. 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 6. ed. - São Paulo: Saraiva, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547224776/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 18 jan. 2019.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade avançada: de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**. 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

WEBB, Robert; BRAHMA, Sanjukta. **Mercados financeiros**. – 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635074/cfi/0>. Acesso em: 18 jan. 2019.